

ANTROPOLOGIA PORTUGUESA

Neste número

Práticas Artísticas na Modernidade

*Um Encontro sobre
Antropologia das Artes*

Vol. 11
1993

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A AUTO-CONSTRUÇÃO AS AMBIVALÊNCIAS DO HABITAR E AS SÍNTESES ESPACIAIS POSSÍVEIS

Ana Cristina Vasconcelos Rico

Resumo: Uma reflexão sobre o fenómeno da construção clandestina, serviu de ponto de partida para nos debruçarmos sobre a auto-construção, inserida na problemática do habitar contemporâneo.

Cabe-os interrogar e reflectir sobre que tipos de distribuição e organização espacial compõem as populações sobre o território, em que sistema residencial se movem as populações urbanas, qual é a estrutura espacial que torna possível as escolhas e as trajectórias dos habitantes, através das significações que eles procuram, e as apropriações que eles operam pelas suas práticas.

O espaço pode tornar-se o local privilegiado de confluência de imagens antagónicas, de expressão de identidades distintas e de tensões entre os traços da tradição e os da modernidade.

É precisamente sobre esta capacidade de síntese que o espaço encerra, que podemos explorar a natureza da procura social, a caracterização das concepções do urbano, procurando apreender que "sonho" de casa, que "sonho" de cidade se está a inventar, que novas relações ao "habitat" e ao habitar se estão a desenhar para o amanhã.

Palavras-chave: "Habitat", "bilocalidade", identidades territoriais, redefinição identitária, sistema residencial, estrutura espacial, ambivalência do habitar, alteridades, satisfação residencial, tradição/modernidade, procura social, concepções do urbano.

Uma reflexão sobre o fenómeno da construção clandestina, serviu de ponto de partida para nos debruçarmos sobre a auto-construção, inserida na problemática do habitar contemporâneo.

Nos últimos anos foram realizados diversos estudos, no âmbito desta forma "marginal" de produção de alojamento e ocupação de espaço.

Tivemos a oportunidade de contactar de perto com esta realidade, nomeadamente em dois casos particulares, em que os bairros de construção clandestina estavam a ser sujeitos a uma intervenção por parte dos respectivos municípios, com vista à sua reconversão urbanística e posterior legalização.

Partindo dos estudos efectuados neste âmbito, recordamos sucintamente alguns traços que caracterizam genericamente as populações consideradas, no que se refere à sua matriz socio-cultural, às motivações e estratégias subjacentes ao projecto e processo de construção clandestina.

Saliente-se que, perante a diversidade de situações que o fenómeno de construção clandestina encerra, a nossa atenção se dirigiu especialmente para os núcleos constituídos do ponto de vista formal, por alojamentos de tipologia isolada, ocupados em regime unifamiliar como residência permanente. Os habitantes detiveram o controlo prático do processo de construção, executada por administração directa em regime de auto-construção.

Trata-se de populações de origem rural cujas representações do espaço estão condicionadas por um "habitus" interiorizado ao longo dos primeiros tempos do ciclo de vida, isto é, pela vivência num tipo de "habitat" específico – a moradia isolada, unifamiliar; a posse do alojamento e a propriedade do solo, e a exploração do espaço envolvente.

A produção urbana legal de alojamento afigura-se, neste contexto, inadequada quantitativa e qualitativamente. O mercado legal não responde às necessidades, desejos e capacidades de uma grande parte da população. A solução dada a estes entraves vai ser encontrada através da via informal de produção habitacional.

A opção pela construção clandestina de habitação própria e permanente surge como a única alternativa viável para alcançar os objectivos pretendidos – a posse do terreno e do alojamento; e como único meio de satisfazer plenamente as suas necessidades, aspirações e capacidades de concretização – o baixo custo do terreno, a escolha da tipologia de "habitat", a recorrência à auto-construção

que permite uma flexibilidade nos ritmos de construção, adequando-se às capacidades financeiras disponíveis.

O processo de construção clandestina é sustentado e viabilizado por uma vasta rede de alianças e cumplicidades.

As estratégias adoptadas caracterizam-se pela procura de fontes de financiamento e a sua articulação com a poupança familiar. Contraem-se empréstimos por via informal que se estendem à família alargada e economiza-se nos custos de construção recorrendo, a nível familiar, ao sobre-trabalho e à diminuição dos gastos quotidianos, e à administração directa da obra. A flexibilidade dos ritmos de construção e por vezes, a ocupação da casa ainda inacabada, concorrem também como estratégias de poupança, adequando-se às disponibilidades financeiras do momento.

O espaço conquistado começou por funcionar inicialmente como valor virtual, tornando-se valor actualizado a partir do momento em que se transforma de objecto desejado em valor realizado. Esta realização é conseguida quando o espaço é sujeito a uma delimitação e a uma apropriação segundo as formas e as características desejadas e projectadas.

A satisfação com o êxito da démarche dos moradores encontra-se patente essencialmente a dois níveis: por um lado, detêm a posse do terreno e da casa, e por outro, são produtores do seu espaço de residência.

O alojamento é então investido de um forte carácter afectivo, facto que nos remete para instâncias simbólicas, muito mais que mercantis. Trata-se de um valor que lhes confere autonomia e segurança no presente, e no futuro, porque sendo algo de permanente se converte em património.

A via ilegal de construção, possibilita a personalização do espaço habitado, recusando-se a “estética da monotonia”; isto é, os modelos que nada dizem aos moradores.

O acto de edificar e de se instalar assume a dimensão de mito e de rito. Trata-se de um espaço de sonho fundador de uma nova ordem, um lugar mitológico de relações ideais entre os homens.

O construtor empreende uma viagem no decurso da qual experimenta a aventura e a descoberta; e a temporalidade do seu gesto está impregnada de dificuldades e sacrifícios, que se vêem combinar com a problemática da necessidade e da insatisfação.

A materialização do “sonho de casa” concretiza-se num registo que é visível e tangível, contudo, a dimensão formal da produção do seu espaço de residência não é considerado isoladamente. A posse e a produção da residência são as condições necessárias à concretização do projecto inicial, isto é, tem de “fazer seu” o que é seu, não basta possuir, ser proprietário; para se “sentir em casa” tem de a tornar “conforme a si” – casa edificada por si e para si.

A apropriação do espaço inicia-se com a manipulação do plano e com a escolha dos materiais. A personalização concretiza-se pela adequação do interior ao exterior e pela sua privatização através de sucessivas demarcações – constroiu-se o muro que delimita o terreno, separa-se o jardim do quintal, circunscrevem-se os percursos possíveis no solo...

O projecto da casa é concebido como extensível, passível de uma flexibilidade evolutiva, adquirindo uma dimensão plástica.

A construção clandestina identifica o seu construtor-morador, ela diz algo de quem a habita. Deste modo, cada fogo é uma obra onde se podem descortinar elementos particulares, inerentes ao sujeito que o produziu. A tipologia arquitectónica é com efeito uma estrutura significante, produto social em cuja organização se vem articular o sistema formal e ornamental.

Compreende-se assim, que o “habitat” não é apenas um utensílio adaptado a certas práticas, uma “máquina de habitar”.

Encontramos uma estreita relação entre o espaço e a sociedade que o produz, podendo ler-se nele a forma como é apropriado e integrado pelos indivíduos que o ocupam. O território reflete a forma de identificação dos habitantes: a maneira como apreendem o seu espaço e como representam a sua existência através dele.

A produção do espaço de residência familiar é antes de mais a produção de um sistema de referências, sistema vivido e representado, que obedece a determinados modelos.

Os modelos e as referências da população exprimem-se através de lógicas de localização, da posição espacial do “habitat”, das formas e das dimensões com que é investido, dos limites com que é demarcado.

Neste espaço vivido e representado, desejado e conquistado segundo lógicas específicas, vamos encontrar uma constante procura do equilíbrio entre um passado rural recente e o meio urbano onde os migrantes se vão inserir.

A construção clandestina foi de algum modo, o mecanismo adoptado que melhor responde às exigências de integração, permitindo simultaneamente aos habitantes, viverem num espaço que consideram “seu”, dado que esse território que se circunscreve ao bairro, lhes confere um quadro de referências identificatórias.

A reprodução e a preservação de elementos tradicionais, fruto de uma projecção idealizada de hábitos e aspirações, permitem às comunidades situarem-se num espaço de estabilidade, dissipando parcialmente o sentimento de desenraizamento na medida em que fornece uma aparente continuidade.

Assiste-se à manutenção de certas formas de sociabilidade, actualizadas em espaços restritos por comunidades que procuram assim, materializar no presente fragmentos fundamentais de um passado recente. A preservação destas formas de relacionamento passa pela reconstituição do espaço do seu “habitat”

tradicional, procurando recriar uma organização espacial conforme ao seu próprio modelo prático-simbólico.

A casa isolada com quintal perspectiva a vivência de um espaço anterior e longínquo num novo território de que são proprietários e produtores.

A perpetuação das actividades e das imagens do local de origem, materializadas no espaço doméstico, não são, contudo, suficientes para assegurar uma aparente continuidade e apagar a sensação de desenraizamento. O alojamento funciona como instrumento de integração espacio-temporal, no entanto, a inserção de um individuo num novo território não se faz ao acaso, e o espaço vital não se reduz ao espaço doméstico.

As famílias, instalando-se sobre um solo desconhecido, diferente e por isso potencialmente hostil, procuram assegurar segurança e protecção. O meio mais seguro de o conseguir é circundar-se dos membros da sua família ou seus conterrâneos, estes laços unem e reforçam a sua identidade de grupo, asseguram a continuidade de algumas formas de uma antiga sociabilidade e preservam a memória de uma vivência em comunidade.

O novo espaço de residência, assume então uma certa semelhança formal e funcional em relação ao local de proveniência. O Bairro de construção clandestina ameniza em grande medida as rupturas que qualquer processo migratório provoca.

O processo de construção clandestina viabiliza uma certa coerência estrutural entre um passado rural e um ambiente urbano, sob a forma de uma "bilocalidade". Os indivíduos marcados por uma mobilidade espacial, habitam a cidade de uma forma prática e a aldeia de origem de uma forma imaginária.

Esta situação está longe de ser vivida de um modo conflituoso, os indivíduos não a encaram como provisória, mas sim como algo de estável e desejado. Não se trata pois, de uma situação de divisão, de uma separação mal aceite entre dois lugares. Os processos migratórios podem assim, criar espaços novos e ser produtores de identidades territoriais pela recombinação de laços simbólicos numa territorialidade idealizada.

Representativo desta problemática, é o facto do êxito conquistado na concretização de um projecto que possibilitou aos habitantes o acesso a uma posição privilegiada, ser afirmada e definida por oposição aos outros habitantes da cidade: os indivíduos que moram em andares, bairros sociais ou núcleos de barracas.

O início de uma redefinição identitária assume-se também pela recusa em optar entre viver na cidade ou viver segundo determinados padrões de qualidade que consideram indispensáveis.

Verifica-se deste modo, que a reorganização identitária é reconhecida pelo recurso à diferenciação. Esta é particularmente explícita, quando os habitantes se distanciam e demarcam do modo urbano de apropriação do espaço habitado.

As estratégias utilizadas pelo construtor clandestino visam também a fuga aos modelos e processos de produção urbana vigentes, dominados por uma lógica economicista do espaço. A noção de alojamento enquanto valor económico permutável é eminentemente urbana.

Na cidade, quando melhoram as condições económicas do agregado familiar pensa-se em “trocar” de casa, em mudar de local de residência.

No que se refere às populações consideradas, a uma subida dos rendimentos não corresponde à formulação do desejo de deslocamento espacial e conseqüentemente de “habitat”, pensa-se sim, em alterar e melhorar o próprio espaço onde residem, que se encontra em permanente transformação. Não se muda para um “novo-outro”, altera-se o “mesmo”.

A urbanização transforma os modos de vida, as práticas do espaço urbano e altera os usos do “habitat”. Este espaço eminentemente económico e funcional empurra os indivíduos para uma vivência num território determinado pela localização e mobilização do trabalho, e não mais pelas origens ou pelas redes familiares.

O valor de que o “habitat” é investido também se altera: deixa de ser um lugar relevante da ordem do passado e do património familiar.

O local de residência e o alojamento deixam de ser um espaço de ancoragem estável e de contração afectiva, para se converter em espaço de passagem. A técnica inventa a casa-forma, o plano-tipo, e a sua formalização é uma composição de elementos industrializados.

Cabe-nos então interrogar e reflectir, sobre que tipos de distribuição e organização compõem as populações sobre o território; em que sistema residencial se movem as populações urbanas; qual é a estrutura espacial que torna possível as escolhas e as trajectórias dos habitantes, através das significações que eles procuram, e as apropriações que eles operam pelas suas práticas.

Ao interrogar-se sobre o “habitat”, deve considerar-se o seu carácter ambivalente – os jogos de diferenciação e de articulação dos espaços da prática habitante, nas formas subtis de aberto/fechado, de interior/exterior, de fixo/móvel, de permanente/efémero, de privado/público, de isolamento/contacto, de presente/ausente...

A ambivalência do habitar é tanto mais importante quanto sabemos que, ao mesmo tempo que o homem actualiza certos interditos que a ordem espacial da cidade e do “habitat” impõem, ele cria novas possibilidades. Haverá espaço na cidade para os fragmentos, as contradições, os improvisos e as tensões que daí resultam?

No contexto do desenvolvimento industrial, os projectos de arquitectura e urbanismo moderno procuraram impôr uma tipologia de “habitat” uniforme, fundado sobre um quadro arquitectónico funcional, racional e universal.

Através desta démarche tentou-se definir as necessidades universais do homem e educar as massas pela afirmação da “forma justa”. A sacralização da “forma justa” contraria as formas urbanas locais, passando ao lado da história e da memória.

Nos nossos dias, os paradigmas da racionalidade tornam-se menos utilitários e menos unívocos, fazendo referência a projectos urbanos que encaram a forma urbana como expressão de alteridades e sentido das diferenças.

Os representantes da corrente pós-moderna procuram abordar simultaneamente os registos do social e do espacial, nas suas múltiplas interacções e correlações.

Entre as principais preocupações encontram-se as marcas do passado e as especificidades contextuais; na sua abordagem, recorre-se a uma linguagem pluridireccional, que visa interligar os protagonistas do projecto urbano e os actores a que se destinam.

O projecto urbano pode conferir ao espaço a capacidade de comunicar, quando associado às variáveis de satisfação residencial, aos desejos do habitar contemporâneo.

O espaço pode tornar-se o local privilegiado de confluência de imagens antagónicas, de expressão de identidades distintas e de tensões entre os traços da tradição e os da modernidade.

É precisamente sobre esta capacidade de síntese que o espaço encerra, que poderemos explorar a natureza da procura social, a caracterização das concepções do urbano, procurando apreender que “sonho” de casa, que “sonho” de cidade se está a inventar, que novas relações ao “habitar” e ao habitar se estão a desenhar para o amanhã.

Bibliografia

Choay F. 1964. *Urbanisme, utopies et réalités*. Paris, Seuil

Coing H. 1966. *Rénovation urbaine et changement social*. Paris, Ed. Ouvrières.

Condominas G. 1983. L'ethnologue et l'architecture. *Espaces des autres - Lectures anthropologiques d'architectures*. Ed. de la Villette.

Ferreira A. F., et al. 1985. *Perfil social e estratégias do clandestino*. CES/ISCTE.

Ostrowetsky S., Lima A.M., Faria C., Neves J., Santos P., Silvano F. 1985-1986. *Espace et développement. Développement spatial identités culturelles et transformations du territoire*. Genève-Paris, CRAAL-UNESCO.

Pellegrino P. et al. 1983. *Espaces et culture*. St-Saphorin.

- Raymond H. 1984. *L'architecture, les aventures spatiales de la Raison*. Paris, CGP/CCI.
- Remy J., Voye L. 1974. *La ville et l'urbanization*. Duculot, Gembloux.
- Venturi R. 1976. *De l'ambiguïté en architecture*. Paris, trad. franc. Dunod, Coll. Aspects de l'urbanisme.